7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): ***"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"***

Painel Completo

12, 13 e 14 de dezembro de 2024 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS).

Área temática: Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa

OPERAÇÕES MARÍTIMAS POR GUERRAS LIMITADAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1415-1578) COMO PERCURSORAS DE UM SISTEMA INTERNACIONAL GLOBAL

Palavras-chave: Império Português, Sistema Internacional, Guerras Limitadas

Autor: Luiz Felipe Rebello – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo Enviado

Pode não parecer um fato usual para o público brasileiro que o primeiro Império Global da História da Humanidade tenha sido o Império Português dos séculos XV e XVI. Surpreendentemente, a consecução dessa empreitada lusa foi realizada com levas de pequenos contingentes militares, as expedições raramente dispunham de mais de 500 indivíduos, ao qual, gradualmente, expandiram a presença portuguesa em centenas de pontos nas costas dos continentes africano, americano e asiático.

A propositura de artigo indaga por quê o caso do império português (1415-1578), ao buscar novas rotas de navegação marítima intercontinentais, acaba como sendo um percursor do Sistema Internacional global. Neste sentido, interpela a seguinte pergunta: Por quê a utilização de Guerras Limitadas, empregadas na estratégia de expansão marítima global do Império português (1415-1578), catalisou a formação de um Sistema Internacional global (SIG)?

Em outras palavras, este trabalho anui com a apreciação da Escola Inglesa de Relações Internacionais, de que há outras "Histórias" de Sistemas Internacionais para além da Paz de Westfália (1648). Contudo, na visão Escola Inglesa, para a formação desses Sistemas é necessário demonstrar o quanto há capacidade de interação (transporte e comunicação) entre os atores e como os processos (político-militar, econômico e social) são predominantes.

Para isso elenca os seguintes objetivos específicos a seguir:

a) Reconhecer, a partir da Historiografia especializada, como a formação do Império Português inclinou-se para uma lógica de conquista marítima militar.

b) Propor como o estudo dos Sistemas Internacionais, por meio de uma lente teórica holística das RI, ou interpretativa, tornam-se importantes para explicar processos (políticos-militares, econômicos e sociais) e interações (tecnologias físicas e sociais) anteriores à Paz de Westfália, mas que tem importância hodierna, como as Guerras Limitadas marítimas, em Estudos Estratégicos.

c) Analisar, sinteticamente, a natureza da Guerras Limitadas a partir dos ensinamentos Teóricos de Carl Von Clausewitz, e em especial as reflexões de Julian Corbett. Este último pensador diferencia Guerras Limitadas e Ilimitadas, sendo a primeira com enfoque para a expansão marítima em "*Theory and conduct of Naval War*". Ou seja, demonstrar os como os entendimentos da natureza da Guerra Naval em *Pinciples of Maritime Strategy* (2021) explicam a supremacia portuguesa em operações marítimas.

d) Aplicar o aparato teórico desenvolvido na obra *"International Systems in World History"* (Buzan; Little, 2000) para pontuar o caso da expansão do Império Português como *"Pecursor"* do Sistema Internacional global (SIG) nos séculos XV e XVI. Esta empreitada seria uma reinterpretação da parte IV dessa obra já que o Império luso passa totalmente desapercebido a ponto de ser citado apenas uma vez. Contudo, infere-se que o "*framework*" teórico seria adequado para compreender como o caso português foi percussor do SIG.

Para tal empreitada, propõem-se um breve estudo de caso, proposta que enseja algo inusual, a ruptura com o conhecimento convencional, ou até mesmo um desafio que provocaria uma reflexão ao apontar para uma necessidade de refinamento teórico. De outro lado ele necessitaria de uma solução, do qual pode ser possível por meio de uma investigação empírica (Vennesson, 2008).

Naturalmente, as fontes históricas são fundamentais em um estudo de caso desse cariz. Especialmente, para demostrar num primeiro momento como formou-se esse primeiro império global. Outrossim, a formação de um SIG a partir da constatação com bases históricas e teóricas (Escola Inglesa) será pautada na Obra de Buzan e Little (2000). A proposta infere que devem ser investigados os níveis de análise (vários SI, subsistemas internacionais diversas unidades, indivíduos), setores (político-militar, econômico e social), processos (Guerra, reconhecimento político e formação de identidades), interação (sistemas de transporte, comunicação e tecnologias) na formação desse primeiro SIG e, por fim, estrutura e a escala global (Idib, 2000, cap.4). A partir dessa delimitação, com bases empíricas e teóricas, poder-se-á delimitar a expansão marítima militar portuguesa em várias partes do mundo no período de (1415-1578). As fontes históricas, já estão sendo auferidas pelo autor e poderão ser utilizadas de acordo com o capítulo 5 de Buzan e Little (2000) *"Establishing Criterias for International Systems" na seção 3 "Using the Toolkit: Theory Meets History*".

Portugal pode ser elencado como um percursor central desse sistema pois, em sua interação e processos, foi o ponto de conexão geográfica (transporte marítimo além de não poder ser atacado por seus inimigos além-mar) entre várias partes do Sistema por meio de Guerras Limitadas, bem como pela maneira em que a tecnologia lhe proporcionou superioridade em batalhas navais e como ainda detinha a diplomacia como outra ferramenta da direção política. Contudo para Jan Glete (1999), não seria somente a tecnologia o fator diferencial, neste sentido a argumentação abaixo corrobora como os lusos lançaram mão de Guerras Limitadas, ao ter uma táctica diferenciada mesmo ao possuírem um contingente militar reduzido.

Neste sentido, essa proposta tem como hipótese que o Império luso só conseguiu erigir rotas de navegação com possessões perenes nos litorais, porque lançou mão de guerras

limitadas na expansão ultramar. Consequentemente, ao realizar essa empreitada alterou a escala dos Sistemas Internacionais de regionais para Global.

Introdução

O Império Português (1415-1578) é considerado, sem sombra de dúvidas, como o primeiro império global (PIG) na História Humana (Boxer, 1969; Brockey, 2008; Crowley, 2016; Juang; Morrissette, 2008; Page; Sonnenburg, 2003). Surpreendentemente, essa unidade política contava com cerca de 1 milhão de habitantes quando inicia a sua expansão marítima, com a conquista de Ceuta (atualmente, cidade do Marrocos) no ano de 1415. O estudo do caso da expansão ou formação global do Império Português, antes da Paz de Westfália (1648), não tem sido uma temática de escolha pelos acadêmicos de Relações Internacionais, em especial da sua subárea de Estudos Estratégicos. Geralmente, a expansão europeia (excetuando os lusos) é a temática por excelência, mormente analisada pelas lentes de historiadores (McNeill, 1963; Toynbee, 1987), sociólogos (Tilly, 1990) ou economistas (Wallerstein, 1974).

O presente trabalho indaga por quê o caso do império português (1415-1578), ao buscar novas rotas de navegação marítima intercontinentais, acaba como sendo um percursor do Sistema Internacional global (SIG). Neste sentido, interpela a seguinte pergunta: Por quê a utilização de Guerras Limitadas, empregadas na estratégia de expansão marítima global do Império português (1415-1578), catalisou a formação de um SIG? Como hipótese provisória do ponto analítico das RI, pode-se conceber a formação de um único Sistema Internacional (SI), com proporções globais, como um estudo de caso, porque o Império português expandiu-se ao estabelecer e sustentar uma rede de comunicações marítimas através de suas conquistas territoriais litorâneas, num processo que iniciou em 1415 até a União Ibérica em 1578, por meio de novas interações tecnológicas e processos (político-militares, econômicos e sociais). O Império só foi sustentado, a ponto de manter processos e interações, porque utilizou a estratégia de Guerras Limitadas do qual podia subjugar inúmeros territórios além-mar, em bases litorâneas, e ao mesmo tempo, gozar de uma segurança de não ser contra-atacados pelos seus inimigos.

Destarte, para demonstrar como o Império português ao sustentar o PIG seria o percussor, como hipótese, das bases de um SIG, este artigo será dividido em três etapas. A primeira delas é demonstrar a relevância desse estudo de caso para a literatura de RI, do qual, de modo geral, compõem-se em conquista militar marítima (na figura de uma marinha de guerra e mercante combinadas) capaz de conectar e interagir várias áreas do orbe terrestre, que outrora detinham parcas ligações ou nenhum contato prévio. Em seguida, expor brevemente, com base no aparato conceitual oriundo da Escola Inglesa como os SI tem outras

histórias, a serem descortinadas, além da pós-Westfaliana. Com base neste aparato, conjecturar a fusão do SIG a partir do paradigma desenvolvido na obra *"International Systems in World History"* (Buzan; Little, 2000). Por fim, os lusos só conseguiram estabelecer-se em vários locais, majoritariamente nos litorais, do orbe terrestre nos séculos XV e XVI porque os seus adversários não tinham a capacidade de contra-atacá-los na península ibérica, neste sentido, explorar-se-á como a estratégia marítima portuguesa do período em tela enquadra-se em expansão marítima por guerras limitadas, anteriormente, por exemplo, à expansão global do Império Britânico.

Neste sentido, essa proposta tem como hipótese que o Império luso só conseguiu erigir rotas de navegação com possessões perenes nos litorais, porque lançou mão de guerras limitadas na expansão ultramar. Consequentemente, ao realizar essa empreitada alterou a escala dos Sistemas Internacionais de regionais para global. A criação de rotas de navegação interoceânicas, sustentadas por entrepostos comerciais-militares, estruturadas de modo sistêmico alternaram a lógica em relação aos mares abertos e longas navegações marítimas, já que insularidade europeia, a partir dos portugueses, não serviria mais como defesa milenar contra hordas de cavaleiros das estepes e dos cameleiros desertos (Mackinder, 1904) para transformar-se em oportunidade de espraiar-se pelo mundo e buscar especiarias diretamente das fontes asiáticas.

Este artigo expõe as bases exploratórias de um projeto de tese, portanto está em construção. A ideia de expô-lo ao Painel Completo da ABRI é precisamente para captar críticas e sugestões, em especial pelo fato de o tema navegar pelo caminho das RI ao explorar o estudo do SI numa perspectiva para além do *mainstream* internacionalista estadunidense.

1. A expansão marítima Portuguesa e a História das RI: uma rota a ser navegada.

Uma parte substancial do público que se inclina a perscrutar o Histórico da expansão[1] do Império português, do período de 1415-1578, releva e enleva o papel da coragem, obstinação e determinação da pequena nação europeia em percorrer, descrever, marcar presença por meio de feitorias e cartografar rotas de navegação que outrora eram apenas "lendas" não validadas e indignas de serem um conhecimento a ser explorado.

Ademais, suscita-se que essa expansão deveria ter uma eficiente sustentação militar, com base em alguma vantagem material, para projetar uma nação que tinha pouca mais de

[1] O estudo do caso da expansão global do Império Português, antes da Paz de Westfália (1648), não tem sido uma temática de escolha pelos acadêmicos de Relações Internacionais, em especial da sua subárea de Estudos Estratégicos. Geralmente, a expansão europeia é a temática por excelência, mormente analisada pelas lentes de historiadores (McNeill, 1963; Toynbee, 1987), sociólogos (Tilly, 1990) ou economistas (Wallerstein, 1974).

1 milhão de habitantes por volta do ano de 1500 (Boxer, 1969; Crowley, 2015, Modelski, 1988). Para o historiador Britânico Jeremy Black (2021): "*From the fifteenth century to the mid 1970s, Portugal was the longest lasting of the transoceanic empires, but this role and its military history have been underplayed in the general literatures on imperialism and on war"* (p. xii).

Para tornar-se o PIG o Império Português engendrou a criação de uma superioridade militar naval, haja visto o parco contingente populacional. Esta superioridade baseia-se na criação da caravela, nau e galeão embarcações capazes de suportarem viagens interoceânicas, além de serem as primeiras fortalezas móveis, com eficiência, que se têm notícia (Parker, 1996; Modelski, 1988; Rodrigues, 2009). Na mesma linha de inovação em tecnologia militar, para Barend Noordam (2021), com base no estudo em fontes de manuais de guerra chineses do século XVI, os "francos" (como os chineses e muitos asiáticos referiam-se aos lusos) possuíam os canhões de bronze (berços com referência à *"foalngji*" -armas dos francos- e falcões "*fagong*", termos em itálico em mandarim) mais eficientes para a destruição de fortificações, haja vista a disseminação do arsenal português na Ásia nesse período, e foram utilizados para rechaçar os mongóis na Ásia Central. Em suma, a chegada dos portugueses na Ásia, do ponto de vista militar, além da conquista de pontos litorâneos para comércio interoceânico, não ficou circunscrito a busca das especiarias, mas também na difusão de aparato militar. Por conseguinte, em 1542 os portugueses chegam à ilha de Tanegashima no sul do Japão (os europeus nunca haviam estado no arquipélago nipônico), nessa ilha introduzem o arcabuz, arma de fogo desconhecida pelos japoneses fato que é reconhecido como uma revolução tecnológica militar para a História do Japão (Diffie, 1979; Rodrigues, 2009). Haveria outras curiosidades, oriundas de interações sistêmicas, como diversos vocábulos portugueses presentes na língua japonesa como *iesu* (Jesus), *botan* (botão), *biidoro* (vidro), *furasuko* (frasco), *kappa* (capa impermeável) e vários outros vocábulos (CID LUCAS, 2011). Para a grande parte dos brasileiros, reflete-se o fato de os portugueses terem importado mangueiras e jaqueiras (origem indiana) que fornecem sombra e frutos em boa parte do território nacional, e até mesmo os baobás (origem africana) centenários que encantam algumas praças em capitais nordestinas.

À vista disso, os eventos históricos vinculados ao público hodiernamente que explicariam essa expansão, digna de uma epopeia, são um constructo que mesclam explicações de várias áreas do conhecimento sociais, analogamente como ocorre com o campo de RI de cunho multidisciplinar. Para Cortesão (1993) o fenômeno abarcou um ambiente econômico internacional que envolvesse esse esforço, a ideia da formação de um "Estado Marítimo", bem como características próprias de um povo para a empreitada. Logo, motivações econômicas, questões antropológicas, teológicas na defesa do cristianismo contra o islamismo (Pretage, 1943) e a formação de um Estado Soberano com características

westfalianas em 1385, ou Estado Patriarcal para Raymundo Faoro (2001), são nuances de diferentes disciplinas, vincadas ao pano de fundo Historiográfico. Entretanto, fundamentar o que impeliu a expansão ficará para outra oportunidade[2], mas só foi suscitado para demonstrar a interdisciplinariedade da temática. A expansão lusitana, entremente, seria um tema parcamente estudado em RI e até mesmo com pouco destaque na História (Boxer, 1969).

Em poucas palavras, a relevância da expansão geográfica lusa nos séculos XV e XVI, resultou na consolidação do PIG, como consagrado no *Best Seller* de Roger Crowley – Conquistadores: Como Portugal forjou o Primeiro Império Global de 2015. Destarte, porque esse enredo, ao abarcar uma temática assaz multidisciplinar, é parcamente pesquisado no campo das RI além de ser para o historiador britânico J.H. Plumb (*apud* Boxer, 1969, p.11) "um dos maiores enigmas da história". Na mesma linha justificativa, C.R Bezley (*apud* Boxer, 1969, p.19) afirma que os lusos criaram o primeiro império colonial moderno cuja expansão marítima seria uma linha divisora entre o mundo medieval e moderno. Perguntar-se-ia, afinal, de que maneira a temática seria merecedora de um estudo em RI e por este motivo, envereda-se por uma abordagem histórica internacional para enlevar, do ponto de vista ontológico, o conceito mais significativo da Disciplina: o SI. Diferentemente, do paradigma do Realismo Estrutural, uma abordagem histórica ampliada (Buzan; Little, 2000) explicaria que o SIG não surgiu "de uma simples combustão espontânea", mas de um processo histórico.

Antes de assentar ou coadunar o caso da expansão lusa a uma literatura de SI nas RI, torna-se importante mencionar o trabalho de um importante internacionalista que analisou o caso em tela pelas lentes dos Sistemas Mundos (SM), George Modelski – *Seapower in World Politics* (1988). Primeiramente, em relação à questão geográfica o autor afirma por meio de uma exposição no capítulo 7 desta obra que "*the only power systematically engaged in global operations throughout most of the period endind in 1580 was Portugal"* (1998, p.157). Ao quantificar o número da força naval portuguesa dispersa pelo orbe terrestre, no século XVI o autor chega à seguinte conclusão:

> *Was Portugal then the first world power? The answer is yes, it most certainly was, and most strikingly so in the first four decades after 1500. It was the first and, until about 1540, the only powerfully active on the world ocean. It was the leader of the age of discoveries, an also the leader in the evolution of the three most important types of ship that dominated the age of discoveries: the caravel, the Great Ship, and the galleon. Moreover, until about 1540, it also had a preponderant numerical share of such major oceanic ships and deployed them in a manner calculated to maintain the command of the sea in crucial areas (Ibid, 174).*

---

[2] Entre os autores lusófonos que construíram a base para os fatores que determinaram a expansão estão Jaime Cortesão na obra "Descobrimentos Pré-Colombinos Portugueses", as Crônicas de João de Barros e Eanes Gomes de Zurara (os últimos autores coevos aos descobrimentos ou expansão). Entre os anglófonos estão Whitfield Diffie, Charles Boxer, A.R. Disney e contemporaneamente, Roger Crowley.

A partir do exposto, pontua-se uma característica de Portugal como Potência Mundial, a partir de um embasamento militar naval, por mais que a finalidade da empreitada portuguesa fosse o monopólio das rotas comerciais do subcontinente indiano, de malaca, das molucas e até mesmo, hodiernamente, a China e o Japão. Notadamente, a literatura de SM[3] têm as reconhecidas ramificações na Sociologia e Economia ao perscrutar o surgimento de potências mundiais por uma explicação de longos ciclos ao dividir os SM em fases. Para Buzan e Little (2000) esse rol de literatura em SM possuiria um certo reconhecimento entre o público das Ciências Sociais, diferentemente da internacionalista que deveria, para os atores britânicos lançarem mão de um paradigma mais abrangente[4] do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico, para analisarem relevantes casos históricos internacionais.

À vista disso, provavelmente a obra central para expandir o entendimento do SI, a partir de uma perspectiva histórica intitula-se *'International systems in world history: remaking the study of international relations* (2000), com nuances da Escola Inglesa da RI, torna-se um arcabouço para o estudo histórico em de SI em RI. No prólogo desta obra os autores:

> ...seeks to remake the study of international relations by viewing international systems from a world historical perspective. It is aimed both at students working in the field of international relations and others interested in examining the social sciences and history in macro or holistic terms (BUZAN; LITTLE, 2000, p.1).

Complementarmente, a obra é constituída com o intuito de possibilitar a compreensão de como surgem e evoluem os SI tendo em vista que os aparatos teóricos do *mainstram* não lançarem mão da historicidade para essa formulação conceitual. Para os autores em tela o SI seria a unidade mais efetiva no desenvolvimento da história mundial para macro análises da realidade social, pois os casos, como a expansão portuguesa, demonstram como a mobilidade desses atores necessitam de aparatos que proporcionem uma visão perspectiva da história mundial.

2. Os SI para além da "camisa de força" de uma visão ontológica Westfaliana

Os Internacionalistas convencionam versar sobre as origens do SI ao remeter-se ao advento da Paz de Westfália de 1648. Destarte, abre-se um parêntese para contrastar que a

---

[3] Novamente, ficará para outra oportunidade a discussão sobre a evolução da teoria de SM de Immanuel Wallerstein bem como a interrelação com as contribuições do Historiador francês Braudel e o economista alemão André Gunder Frank. Contudo, para os autores o ano de 1500 é tido como um ponto crucial da História Humana que separava a história moderna da antiga no qual a modernização tem relação com a expansão europeia, do ponto de vista material. Vale ser ressaltado, que Wallerstein enleva o papel holandês e não português como percursor do sistema mundial global moderno, talvez por que seu enfoque fosse mormente econômico, que protagoniza a nação batava ao invés da lusa.

[4] Torna-se importante refletir a partir da comparação pelo cânone da Escola Inglesa Martin Wight (1979) de que grande parte dos internacionalistas estudam ou citam o "caleidoscópio" político da hélade, e não o fazem do Império Romano e Feudalismo. Estudam o primeiro porque ele teria reminiscências com o SI inaugurado por Westfália e por isso excluem os outros períodos históricos das RI de modo seletivo

“História de ouro” da expansão lusa (1415-1578)[5], o estudo de caso desse Projeto, é anterior, cronologicamente, à Westfália. No entanto, como seria possível estudá-lo a partir de atores e SI que não fariam parte da delimitação do *mainstream*? Por conseguinte, torna-se importante revisitar noções alternativas à *American Social Science* como aludia Stanley Hoffman (1977).

O termo Sistema, para remeter-se a um ambiente de interação entre atores sociais, já tem sido aludido e referenciado até mesmo antes da fundação da disciplina acadêmica em Aberystwyth, no País de Gales, no ano de 1919. Para o acadêmico britânico Martin Wight, expoente da Escola Inglesa de RI cuja obra, Política de Poder (2002), fora transcrita pelo intelectual australiano Hedley Bull adepto da mesma escola, o termo Sistema estaria vinculado à expressão Sistemas de Estados pela primeira vez citado pelo economista e filósofo alemão Samuel Freiherr von Puffendorf no século XVII. Na definição do intelectual teutônico um Sistema de Estados seria: 'alguns estados que estão tão conectados como se constituíssem um corpo, mas cujos membros retêm soberania' (WIGHT, 2002, p.20). Ademais, Wight justifica a importância do conceito, especialmente para a Escola Inglesa, como uma expressão da expansão histórica do Sistema de Estados europeus para todo o orbe terrestre cujo espraiamento formaria o atual Sistema Internacional contemporâneo.

Já o termo Internacional, também suscita uma história recente, ao ser cunhado pelo filósofo e jurista britânico Jeremy Bentham no final do século XVII para diferenciar a lei doméstica da “internacional” ou como era conhecido como Direito das Gentes (*ius gentium*). Para o autor o termo Internacional teria uma conotação de ser uma lei “entre” as nações e não “dentro das” nações, mesmo nações e estados serem considerados a mesma coisa para ele (Suganami, 1978, apud Buzan; Little, 2000).

No capítulo 3 da Obra Theory of International Relations (1979) Waltz define sistema como “*A system is then defined as a set of interacting units*” (p.40), sendo uma análise de sistemas teóricos e da cibernética, contudo a ideia guarda semelhanças com Puffendorf. Dessa interação para Waltz, ou da ideia de um corpo interligado de Puffendorf há o surgimento de uma espécie de Estrutura. Na mesma linha, Gilpin (1981) elenca que um SI é estabelecido, pela mesma razão que outros sistemas sociais e políticos são criados, “*actors enter social relations and create social structures in order to advance particulares sets of political,*

[5] À título de ilustração, e de modo sintético, os eventos que marcam esse ínterim são a conquista de Ceuta em 1415 no Marrocos, a partir desse entreposto comerciais os lusos navegaram, para descobrir novas rotas (para os europeus e boa parte de outros atores de outros SI especialmente no norte da África, pela rota transaariana e na Ásia Central pela rota da Seda, que por exemplo não acessavam a área subsaariana do continente africano) por toda a costa oeste da África, como a foz do Rio Congo em 1483 até o Cabo da Boa Esperança em 1488, Vasco da Gama chega à Calicute em 1498. Os Portugueses conquistam um entreposto comercial na Malásia em 1511. Estabelecem uma colônia na foz do rio das pérolas, em Macau, China, em 1553. Finda-se a delimitação em 1578 para demonstrar a morte do rei Dom Sebastião, juntamente com a Dinastia de Avis cujo reinado marcou a geração de monarcas que se inclinaram a projetar o reino para além da península ibérica.

economic, or other types of interests" (p.9). Naturalmente, o escopo da definição e análise são mais abrangentes em Gilpin do que em Waltz (o primeiro elenca interesses econômicos, políticos e de outro tipo, enquanto Waltz faz uma análise político-militar), mas para as RI e este trabalho o interesse reside em destacar, e subsequentemente explicar como um termo com noção abstrata é fulcral para delimitar o escopo de análise histórica, pois a interação é o motor de um SI. Para Buzan e Little (2000) a interação, ou melhor capacidade de interação[6] torna-se significativa quando combinada com os processos e estrutura.

Desafortunadamente, uma visão mais ampla, concernente à pluralidade ontológica de atores, setores e níveis, para os SI não é aceita pelo *mainstream* teórico das RI, que inserem o campo em uma "camisa de força" ontológica, epistemológica e metodológica como aludem Buzan e Little (2000). O Realismo Estrutural estabeleceu uma compreensão limitada dos SI já que boa parte dos Internacionalistas estão circunscritos aos eventos que marcam a Paz de Westfália (1648) sem o aprofundar, ou até mesmo ao excluir da análise outros períodos históricos pregressos e sítios alhures ao eurocentrismo. Consequentemente, para Buzan e Little (2000) há de modo geral cinco explicações para essa "limitação" ou excesso de rigidez metodológica: 1) Presentismo: boa parte da academia presa por estudar assuntos e temáticas do momento, ou "da moda", que suscitam o efeito "Big News" 2) Anistoricidade: O *mainstream* lança mão de exemplos históricos para, seletivamente, pontuar que a História não muda 3) Eurocentrismo[7]: Desde Westfália aos dias atuais há uma predileção pela análise de atores europeus e ocidentais como os protagonistas dos SI 4) Anarcofilia: Os SI, para o *mainstream* são sempre anárquicos, e não há análises, em outros períodos históricos de SI hierárquicos, como por exemplo, as dinastias do Império Chinês. 5) Estado-Centrismo: a análise dos SI tem como parte integrantes atores que são Estados-Nacionais, obrigatoriamente para as RI convencionais, nega-se a importância de cidades-estados, cacicados, hordas e outros atores.

Neste sentido, este artigo ao expor o projeto de tese, propõe-se lançar mão do paradigma teórico construído em Buzan e Little (2000) para serem investigados, preliminarmente, os níveis de análise (vários SI, subsistemas internacionais diversas

---

[6]Como definição: *Interaction capacity focuses on the system-wide capability of units to maintain contact with each other by moving goods, people, and informa- tion around the system. It is about the speed, range, and carrying capacity of physical systems (e.g. caravans, ships, railways, aircraft) and social systems (norms, rules, and institutions) for transportation and communication. Process is about the types of interaction that actually take place (e.g. fighting, political recognition, trade, identity formation, transplantation of flora and fauna) and the recurrent patterns of behaviour that form as a consequence (e.g. war, diplomacy, money, religion, plague). Structure concerns the principles by which the units in a system are arranged, and the effects of those arrangements on the behaviour of the units (e.g. anarchy, market, international society) (2000, p. 12)*

[7] Por mais que Portugal seja uma nação europeia, por vezes, na opinião do trabalho parece haver uma exclusão ou esquecimento histórico relacionado à expansão portuguesa na literatura SI ou até no SM. Naturalmente, o Império espanhol e a Holanda são muito mais lembrados como percursores desses Sistemas. Para Black (2021) os motivos seriam a dificuldade de não lusófonos em compreender os textos, o difícil acesso às fontes e o domínio de "hispanicistas" ou do predomínio da história hispânica em relação à península ibérica.

unidades, indivíduos), setores (político-militar, econômico e social), processos (Guerra, reconhecimento político e formação de identidades), interação (sistemas de transporte, comunicação e tecnologias) na formação desse primeiro hipotético SIG e, por fim, estrutura e a escala global (Idib, 2000, cap.4). A partir dessa delimitação, com bases empíricas e teóricas, poder-se-á delimitar a expansão marítima militar portuguesa em outras partes do mundo no período de (1415-1578).

Antes do surgimento de um SIG havia vários Sistemas[8], que apesar de terem conhecimento da existência de um em relação ao outro, não havia capacidade de interação suficiente para uni-los. Para explicar essa situação, por exemplo, os romanos há cerca de 2000 anos atrás sabiam da existência dos chineses, e vice-versa, contudo nunca um cidadão de cada império chegou a visitar o outro, intercambiavam apenas objetos e informações, haja vista as dificuldades inerentes aos meios de comunicação, sem o desenvolvimento da navegação interoceânica. Neste sentido, a chegada do Apóstolo Tomé à Índia em 52 d.C. e as viagens de Marco Polo à China no século XIII são emblemáticas, pois essas viagens por terra eram consideradas verdadeiras epopeias haja vista uma gama variada de riscos impostos aos indivíduos em extenuantes e longínquas jornadas (doenças, assaltos, acidentes, guerras, locais para repousar e a própria geografia física). Havia SI que por ausência total de interação eram completamente isolados de qualquer outro, como o Asteca em relação ao Maia e vice-versa.

As fontes históricas já mencionadas ao longo do artigo e as ulteriores[9] (ao longo da confecção da tese) poderão ser utilizadas de acordo com o capítulo 5 de Buzan e Little (2000) *"Establishing Criterias for International Systems*" na seção 3 *"Using the Toolkit: Theory Meets History"*. Para identificar o surgimento do SIG caberá realizar o seguinte procedimento, para a tese, de análise de processos, capacidade de interação, estrutura, unidades, no qual cada um dos quatro itens é subdivido em setores (o projeto pretende central nos aspectos militares e políticos) e responder as seguintes questões:

> *What kind of units dominate the system? Is its interaction capacity high or low? What types of process define the system? What types of structure does the system possess? How do units and structures interact with each other? How far back can we identify international systems and their precursors? How does interaction capacity increase, and what role does it play in the process of expanding and merging systems? What are the dominant units in international systems at their various stages of development, and are changes in units a principal key to understanding the major transformations in the story of international systems? If international systems are understood in terms of*

---

[8] Buzan e Little (2000) pontuam a existências de Sistemas que eram associados à grandes impérios nos séculos XV e XVI como o Império Persa, Otomano, China (Ming), Rússia, Estatal Medieval europeu tardio, Asteca e Inca (estes últimos totalmente isolados antes da chegada dos espanhóis no século XVI).

[9] Pretende-se investigar os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, digitalmente, bem como da Calouste Gulbenkian, ambas lusas. Supõe-se que há possibilidades de contato com instituições como o Instituto Universitário Militar português bem como o Ministério da Defesa Nacional, ambos em Lisboa. Para análise do surgimento de um primeiro SIG torna-se extremante necessário a pesquisa de documentos e literaturas não ocidentais, como na Índia, Sri Lanka, Malásia, Indonésia, Japão por exemplo.

> *sectoral layers (societal, economic, military-political), how do the processes of interaction in different sectors interact with each other? How important is structural change in charting the evolution of international systems, and how do structures in different sectors relate to each other? (p.109).*

Quanto à hipotética formação de um SIG através da atuação de um PIG lusitano, infere-se duas considerações. Primeiramente, a expansão portuguesa desencadeou processos significativos relativos aos aspectos políticos (Glete, 1999, p.80), econômicos (Bethencourt e Curto, 2010; Godinho, 1962; Silva Jayasuriya, 2008, p. 3), sociais (Brockey, 2008, p.1-14; Holanda, 2006; Freyre, 2006, p.267) entre os diversos atores e setores em que Portugal interagiu, em vários sítios estabelecidos pelo orbe terrestre (na tese conjectura-se catalogar a listagem de fortes, entrepostos e feitorias lusitanas do período).

Segundo, ao suscitar-se a mudança em política internacional, especialmente entre Sistemas Internacionais, pontua-se a relevância da Guerra não só como catalisador desse processo (Buzan; Little, 2000, p.79) mas como mecanismo central para essa mudança (Burton, apud Gilpin, 1981, p.6).

3. Guerras Limitadas por operações navais lusas: por que o Império português

A partir do exposto, esse projeto pretende investigar como o Império Português catalisou a formação do primeiro SIG ao lançar mão de uma estratégia de Guerras Limitadas, com orientação predominantemente marítima, e não como afirmou Gilpin por intermédio de Guerras Ilimitadas, estas últimas com batalhas decisivas com forte orientação terrestre. Com base nessa premissa:

> *The importance of these dynamics notwithstanding, as Jan Glete argues, "Historical sociology has had considerable difficulties in understanding the maritime sphere and its role in European state formation." International relations scholars seeking to explain the birth of the modern international system have likewise concentrated on war and trade on land (Glete, 1999; apud Scharman, p. 165)*

Esta última orientação naval apoia-se em Scharman (2019, p.163) ao afirmar como nações europeias de pequeno porte (impérios português, holandês e inglês) conquistaram uma influência desproporcional no cenário global, em outras linhas possivelmente SIG, graças à tecnologia de navegação, guerra marítima e a indiferença dos impérios asiáticos em relação aos assuntos do mar. Ademais, complementa-se o raciocínio do autor:

> *Contrary to "the stopping power of water," the construction of the first global international system from the late 1400s suggests that the more appropriate metaphor is of the seas providing a "broad highway" for both trade and coercion between continents. More than this, for European powers, but not other civilizations, control and authority over the seas were goals in and of themselves. The primarily maritime international relations that generated the first global international system had profound consequences. More than just a prelude to subsequent European domination and colonialism, the period before the nineteenth century saw the construction of maritime, networked European domains in an era that provides a unique example of a global multicivilizational international order (2019, p.165).*

Complementarmente, no caso da expansão do Império Português na formação do SIG poderia ter havido a “fusão” ou encontro de Sistemas Internacionais que não possuíam interação e processos suficiente entre si (estes SI anteriores à formação do SIG seriam mais aprofundados na fase de pesquisa da tese e citados na nota de rodapé 7 do atual). Quando os holandeses tomaram o controle do SI espraiado pelos Portugueses, no século XVII, este já era um SIG (ou uma ordem internacional global multicivilizacional como aludiu Sharman (2019), no entanto o autor atribuí a construção do primeiro império global às nações europeias como um todo e não ao Império português).

Com base neste enredo chega-se finalmente a assumpção de como as Guerras Limitadas foram empregadas por Portugal na hipotética formação de um SIG, em outras palavras como uma tipologia de guerra fê-lo surgir. Não deve ser esquecido que o Sir Julien Corbett adoptou o modelo de Guerras Limitadas, a partir do aprimoramento teórico desta prática com base na Teoria Clausewitziana (Duarte, E.E., 2015), no início do século XX. O propósito era explicar o sucesso da expansão marítima inglesa por intermédio das Guerras Limitadas por operações marítimas.

A estratégia matizada nessa expansão era composta por Guerra de objetivos limitados, já que a ideia não era subjugar totalmente os oponentes (como o fazem as guerras ilimitadas), mas dominar as lucrativas rotas comerciais dos litorais dos continentes africanos e asiáticos, onde havia uma rede comercial marítima já assentada, em SI locais, mas não ainda integrados ao todo (esse construído, inicialmente pelos portugueses como infere este trabalho). Em suma, propõe-se investigar como os Portugueses lançaram mão de Guerras Limitadas, na assunção teórica *corbettiana,* para controlar as principais rotas marítimas mundiais até 1578. Esse processo não só espraiou e absorveu tecnologias, línguas, culturas, mercadorias e guerras, mas conectou as unidades de um Sistema que não tinham contato e até mesmo conhecimento da existência de si antes das navegações ultramar.

As Guerra Limitadas para Érico Duarte (2015), ao pautar-se na assunção teórica *corbettiana*, elencam pontos fundamentais que explicariam, teoricamente, como um império marítimo global articularia-se para conquistar entrepostos, ao longo da costa de vários pontos dos continentes e os manter, com base terrestre (no caso lusitano, essas bases seriam as feitorias e fortificações espraiadas pelos continentes asiático, africano e americano). A lógica é manter uma rede interoceânica que supere as limitações logísticas das distâncias intercontinentais.

O primeiro, dos pontos para Duarte (2015), seria que essa tipologia de guerra incidiria em teatros periféricos na busca de objetos de valor limitado, o segundo premiaria a iniciativa estratégica e velocidade de conquista do objeto, em que o objeto mor é possuí-lo e não

destruir as forças do inimigo (as últimas são apenas um meio). O terceiro ponto seria que após a conquista do objeto, inicia-se uma defensiva estratégica por intermédio da busca do outro lado da moeda de Clausewitz (diplomacia e guerra são dois lados da mesma moeda), o apoio diplomático. Complementarmente, as forças navais auxiliam na defesa do objeto recém conquistado, à vista disso bloqueiam, do mesmo modo, as forças navais do inimigo e suas outras bases de apoio. Quarto ponto, de suma importância que será ilustrado no caso do parágrafo subsequente "tendo assegurado suas posições por operações terrestres e marítimas, deve-se conduzir uma campanha defensiva em intenção, mas vigorosamente ofensiva em forma" (ibid, p.136). Em suma, a chave é o controle de rotas marítimas para que instaure-se uma defesa terrestre com ofensiva marítima.

Um pequeno caso ilustrativo é a conquista de Goa em 1510, por Afonso de Albuquerque (1453-1515) ao aquebrantar a supremacia da marinha muçulmana no oceano Índico (Boxer, 1969; Cortesão, 1993; Crowley, 2015; Diffie, 1977, Disney, 2009; Rodrigues, 2009). Para Crowley (2015), antes mesmo com a criação do Estado da Índia em 1505 por Francisco de Almeida (esse navegador, e primeiro vice-rei da Índia, conquista e construiu fortificações na Ilha de Angediva, em Cananor, Calecute, Cochim, Coulão e Diu, muitas delas como a de Diu e Goa existem hodiernamente), a conquista de Goa significou nada mais nada menos que a primeira conquista europeia na Índia após as incursões de Alexandre o Grande da Macedônia.

Em novembro 1510, após uma primeira tentativa fracassada de conquista de Goa em plena época de monções, Alfonso de Albuquerque, dispondo de 1500 portugueses e 36 (naus e galés) auxiliado pela aliança do pirata hindu "Timoja" (que faria grande parte do ataque por terra com 4000 homens, além de auxiliar com pequenas embarcações – fustas-) contra o sultão "Hidalcão"[10] muçulmano, de origem persa, governante do sultanato de Bijapur, possuidor de 40000 homens, ataca e conquista a ilha de Goa (Crowley, 2015). Ressalta-se que toda a costa indiana tinha a sua navegação e vários entrepostos comerciais controlados por turco-otomanos e persas, e a região da ilha de Goa era um rico entreposto comercial de cavalos de guerra, árabe e turco, dos quais eram importados via estreito de Ormuz, sendo que os Reinos de Bisnaga e Bijapur usavam o vultoso entreposto para adquirir esses animais e emprega-los nos conflitos militares por todo o subcontinente indiano.

---

[10] Iúçufe Adil Xá (1459 — 1511), Abu Almuzafar Iúçufe Adil Cã Saui ou Adil Cã, denominado Hidalcão pelos portugueses, foi o fundador do Sultanato de Bijapur na Índia e primeiro governante da dinastia Adil Xái que governou este sultanato do Decão durante quase dois séculos. Essa nomenclatura Hidalcão foi provavelmente uma corruptelareferida por Gaspar (1558–1563) em*Lendas da Índia*, 1864 , Academia Real das Sciencias de Lisboa, livro II)

A partir do momento que os lusos conquistam a cidade e as fortificações, Albuquerque inicia a administração e construção de um aparato de defesa da região (Rodrigues, 2008), ou seja, assentará praça ou presença lusa que continuaria até 1961. O castelo foi reconstruído à portuguesa como fortificação abaluartada, para melhor suportar o tiro de outros canhões como os utilizados pelos próprios portugueses (Lopes, 2017). Já no início de 1511 o Leão dos Mares parte para o sul na reconhecida conquista de Malaca, hoje na Malásia, para garantir a rota de produtos bem como proteger a rota marítima que adivinha do sudeste asiático. Ressalta-se, que Francisco de Almeida já conquistara o entreposto de Diu em 1509, guarnecendo a rota ao norte. Destarte, os lusos assentariam uma linha de comunicação por mar, em escala nunca vista na história humana.

A partir do pequeno exemplo exposto, com base na compreensão de Guerras Limitadas, nota-se como os lusos estabeleceram a partir da conquista militar uma qualidade de presença no subcontinente indiano:

> *It was a clear demonstration that the new European combination of easily manoeuvrable sailing ships and heavy guns really worked. From 1503 Portugal sent squadron after squadron of ships into the Indian Ocean and gradually built up a large naval power in the area. The show of force began to pay off when minor rulers along the Indian west coast, primarily that of Cochin, allied themselves with the Portuguese and provided them with bases, ports for trade and access to the pepper producing areas along the coast (Casale, 2010 p.120)*

Portugal poderia ser elencado como um percursor central desse SIG, quando se infere sua fixação e consequentemente, interação e processos a partir dessa presença. Destarte, foi o ponto de conexão geográfica (transporte marítimo além de não poder ser atacado por seus inimigos além-mar) entre várias partes do Sistema por meio de Guerras Limitadas, bem como pela maneira em que a tecnologia lhe proporcionou superioridade em batalhas navais e como ainda detinha a diplomacia como outra ferramenta da direção política. Contudo para Jan Glete (1999), não seria somente a tecnologia o fator diferencial, neste sentido a argumentação abaixo corrobora como os lusos lançaram mão de Guerras Limitadas, ao ter uma táctica diferenciada mesmo ao possuírem um contingente militar reduzido. Érico Esteves Duarte (2015) pontua a importância da diferenciação entre Guerras Limitadas e Ilimitadas, bem como podemos deduzir desta passagem que o Estudo de Caso em tela pode ser explicado pelas premissas de Corbett.

> Essas considerações ressaltam o efeito do ambiente geográfico. Em guerras ilimitadas, o peso e o vigor da ofensiva estratégica forçam o oponente a concentrar suas forças na sua própria defesa e, por isso, dificultam a realização de contragolpes em outras áreas do ofensor. Já em guerras limitadas, tudo dependerá da posição geográfica do objetivo e da distribuição global de forças. Em regiões muito isoladas pelo mar ou entre duas potências continentais isoladas por um ou vários países, com pouca possibilidade de reação do oponente, uma única ofensiva limitada pode ser suficiente. Em regiões não tão isoladas ou havendo a possibilidade de algum tipo de resposta, conduz-se uma campanha ofensiva para a conquista do objeto, seguido da defesa consolidada do objeto e um último estágio coercitivo – idealmente uma campanha ofensiva servida de enfrentamentos defensivos de maneira a forçar o

> oponente a aceitar a situação adversa que se criou para ele. É com essa argumentação elegante que ele avança na qualificação do papel mais relevante das operações marítimas em guerras limitadas que em guerras ilimitadas A existência de teatros marítimos e mistos que conforma em um mesmo grupo os casos históricos de guerras limitadas que foram um recurso de potências insulares ou entre potências separadas pelo mar, mas, principalmente, por potências capazes de comando do mar em tal grau que lhe permitiram não apenas isolar seu objetivo de guerra, mas tornar inviavelmente custosa ou uma má política a invasão do seu território nacional pelo oponente (2015, p.134-50)

A relevância do tema como um estudo de caso para as RI, bem como para os atores lusófonos, seria compreender quando o SI se transformou em "Global" em escala. Até mesmo os autores propositores do paradigma da obra "*International Systems in World History*" (Buzan, Little; 2000), afirmam que foram os "europeus" os responsáveis por transformação.

> *It seems to be almost self-evidently true that Europeans created the first global international system by bringing all parts of humankind into regular economic and strategic contact with each other. They occupied whole continents and stamped upon them a system of territorial boundaries, trading economies, and colonial administrations. The few places that they did not reduce to colonial status (Japan, Siam, Persia, Turkey, China) were forced to adapt to European models in order to preserve themselves* (Buzan, Little; 2000 p.32)

Contundo, não perceberam o quanto, por meio de Guerras Limitadas, os lusos fundaram feitorias ou entrepostos comerciais-militares, por meio de rotas oceânicas, a ponto de ter presença perene. Esta última permitiu que vários processos pudessem ocorrer, graças à possibilidade de as caravelas, naus e galões poderem interagir diferentes processos, muito antes de holandeses e ingleses. Aliás, vários pontos da Indonésia (Ilha das Flores, Ternate, Sumatra), Sri Lanka, Formosa e Nagasaki antes de serem colônias holandesas foram portuguesas, e não é à toa que parte do Nordeste do Brasil e o território angolano também caíram em possessão batava no século XVII, só para constar um breve exemplo. Outro ponto relevante a ser inferido, com base no estudo das viagens interoceânicas e espraiamento de tecnologias lusas, foi o fato de Portugal, possivelmente, ter superado a lógica de espraiamento tecnológico, em velocidade letárgica, que ocorria há milênios do eixo leste-oeste, para norte-sul. Para Jared Diamond (1999) a geografia e o clima sempre obstaculizaram o espraiamento da tecnologia, especialmente no eixo norte-sul, por este motivo, os incas não tiveram contato direto com os astecas, os cavalos que estavam apenas há 4000 anos antes de cristo na península da Criméia, pudera depois de domesticados, serem espraiados ao longo de milhares de anos para o norte da África e continente eurasiano. Entretanto, pontua-se que que por obstáculos geográficos e humanos, a difusão e interação por terra era extremamente lenta. Em contrapartida, em menos de 1 ano, uma tecnologia poderia sair de Portugal e chegar à Índia e vice-versa.

Por outra face, além do Império português ser o pioneiro em navegação além-mar, o foi, do mesmo modo, em fundar redes de comunicação nos litorais de todos os continentes,

diferentemente do Império espanhol que fundou suas cidades e sua busca por metais preciosos na “continentalidade” do interior das Américas (Holanda, 2006).

A Guerra Limitada por operações marítimas talvez tenha sido uma estratégia que assentou as conquistas lusitanas em todos os continentes. Essa fixação de bases foi possível graças à Guerra e a Diplomacia empregada de acordo com as circunstâncias de conquista (Corbett, 2015, Schelling,1966) cujo reflexos observamos hodiernamente como: as edificações, pontua-se pelo a existência de mais de uma centena de fortes portugueses nos atuais Estados Nacionais do Brasil, Uruguai, Malásia, Irã, Omã, China (Macau), Indonésia, Angola, Moçambique, Tanzânia, Barein, Marrocos, Sri Lanka, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Emirados Árabes Unidos, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Quênia, Índia, Paquistão, Bangladesh, Benin, Senegal, Gana, Iêmen (Ilhas Socotorá) (Crowley, 2015). Indutivamente, suspeita-se por meio dessa extensa lista o pioneirismo em criar um SIG[11], no entanto um possível poder explicativo desse estabelecimento caberá a uma inferência teórica.

Considerações Finais

Por fim cabe frisar que à medida que o império luso se expandiu, interagiu-se com diferentes unidades políticas cuja capacidade diferenciada da sua marinha de locomover-se e impor a sua vontade pela força era favorecida pela tecnologia das caravelas e de canhões. Complementarmente, os dois lados da mesma moeda, Guerra e Diplomacia, eram processos que os portugueses lançaram mão para assentar inúmeras feitorias, fortalezas e cidades e vários sítios do orbe terrestre. Interação nunca vista antes em virtude da tecnologia combinada com processos conhecidos pelos interesses políticos, e mercantilistas dos homens, alastravam as dinâmicas do submundo europeu para consubstancia-se com o restante dos povos. Do ponto de vista analítico dos Internacionalistas, os SI de outras regiões do planeta estavam, ao interagir com o do velho continente, amalgamando-se com o europeu. À vista disso, uma análise pelas lentes teóricas de RI, em uma perspectiva histórica da Escola Inglesa, torna-se um elemento importante para indagar como houve a possibilidade de formação de um SIG antes da Paz de Westfália.

Contudo, os internacionalistas praticamente não pesquisam o papel de expansão internacional, desempenhado pelos lusos nos séculos XV e XVI. Não somente para a questão militar, o Império português interagiu para difundir novas tecnologias, como foi pontuado alguns exemplos nesse trabalho, como as embarcações, edificações e canhões, mas do mesmo modo O´Malley pontua*: “In 1556, the same year the press was put into operation in*

[11] Um dos grandes debates na historiografia australiana, a partir da obra *The Secret Discovery of Australia: Portuguese Ventures 200 Years before Captain Cook,* seria a discussão de que se os portugueses, como europeus, teriam chegado no continente antes dos ingleses por expedições por meio da ilha do Timor (MacIntyre, 1977).

the Collegio Romano, the Jesuits introduced printing into India by installing a press in their college in Goa. Thus the first book printed in India was Xavier's Doutrina Christam (1993, p. 115). O Missionário da Companhia de Jesus, Francisco Xavier, leva a primeira prensa, para impressão de livros, para todo o continente asiático, ou seja, a reprodução em escala de livros tem seu pontapé em colônias portuguesas.

A Diplomacia canhoneira foi o sustentáculo do processo de domínio, neste projeto em tela de Portugal, mas também de subsequentes potências europeias como Holanda e Inglaterra para dominar o litoral de outros impérios com populações e riquezas superiores aos do velho continente, já que a população da Índia era de 120 milhões e da China de 150 milhões (Sharman, 2019) no ulterior século XVII. Por este motivo, justifica-se o estudo do caso, a partir de análise teórica, da expansão marítima lusa, à semelhança como Corbett criara uma teoria, de Guerras Marítimas por operações navais, para escrutinar a expansão marítima britânica nos séculos XVIII e XIX. Naturalmente, surgem muitos desafios para esse projeto, como inferir porque Corbett não teria empregado sua teoria para o caso do Império português. Por exemplo, para Alfred Taylor Mahan a influência do poder naval sobre a História faz-se perceber a partir da ascensão da Inglaterra como potência mundial marítima, soma-se, nesse sentido, outro autor que praticamente não discute, nem a título de Estado da Arte do papel lusitano como potência marítima global, ou império global. Admite-se que esse artigo seria apenas a exposição de muitas suposições e inquietações. Contudo, os próprios autores anglófonos reconhecem e admitem a dificuldade em ler a documentação na língua de Camões, até mesmo, quiçá não queriam perder o protagonismo ou epíteto, por parte dos anglo-saxões, de fundadores do mundo moderno.

Para além da questão geográfica, versar sobre a expansão lusa nos séculos XV e XVI envolve a compreensão, vernacular, das RI para a reflexão em torno da heurística dos fenômenos internacional e transnacional. Ao conhecer a História da expansão pode-se reificar os processos econômicos, militares políticos e culturais, nas palavras da historiadora Denise Moura sobre a obra de Russel-Wood "através da ideia-chave do movimento dos portugueses, um povo para ele tido como de natureza global, diferente de outros povos europeus, e que estabeleceram relações frutíferas e duradouras em todo o lugar que estiveram fosse na África, Ásia ou América" (2014, p.10).

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Thomas. The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and their shared history, 1400–1900. Cambridge University Press. p. 73, 2009

BETHENCOURT, Francisco. Configurações Políticas e Poderes Locais. In: BETHENCOURT, F. e CURTO, Diogo R (dir.).A Expansão Marítima Portuguesa,1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010.

BLACK, Jeremy. Preface. In: CARVALHAL, Hélder, André Murteira, e Roger Lee de Jesus, orgs. The First World Empire: Portugal, War and Military Revolution. Warfare and History. London New York: Routledge, 2021.

BOXER, C. R. (Charles Ralph). O Império Colonial Português. Lisboa: Edições 70, 1969

BROCKEY, Liam Matthew (Ed). Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World. Surrey: Ashgate. 2008.

BUZAN, Barry & LITTLE, Richard. International Systems in World History. Oxford, Oxford University Press, 2001

CID LUCAS, Fernando. Japón y la Península Ibérica: cinco siglos de encuentros. 1. ed. Gijón: Satori Ediciones, 2011.

CLAUSEWITZ, Carl Von. On war. Princeton: University of Princeton Press, 1984.

CORBETT, Julian S. Some principles of maritime strategy. [S.l.]: Project Gutenberg eBook, 2005. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/15076/15076-h/15076-h.htm>. Acesso em: 18 out. 2021.

CORTESÃO, Jaime. História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995. Vol. IV.

CROWLEY, Roger. Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império Global / Roger Crowley; trad. Jorge Freire. - 1ª ed. - Lisboa: Presença, 2016.

CURTO, Diogo Ramada; BETHENCOURT, Francisco, (Ed.) Portuguese oceanic expansion, 1400-1800. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DUARTE, Érico Esteves. Clausewitz, Corbett e o desafio das guerras limitadas. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 21, n. 2, 2015, pp. 117-146.

DEVESAS, T. and MODELSKI, G. The Portuguese as System-Builders. Technological Innovation and Early Globalization. In: Globalization as Evolutionary Process: Modeling Global Change, Routledge, London, 2008.

DIFFIE, Bailey Wallys, George Davison Winius, e Boyd C. Shafer. Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580. Europe and the World in the Age of Expansion 1. Minneapolis (Minn.): University of Minnesota press, 1978.

DISNEY, Anthony R. A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807 Volume 2: The Portuguese Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FREYRE, Gilberto (2006) Casa Grande e Senzala. 51ª ed. São - Paulo. Global Editora

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato brasileiro. 3.ed. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

GILPIN, Robert. War and Change in world politics. Cambridge, University Press, 1983.

GLETE, Jan. Warfare at Sea, 1500-1650: Maritime Conflicts and the Transformation of Europe. Published December 15, 1999 by Routledge, 2000

HANDEL, Michael I. Corbett, Clausewitz, and Sun Tzu. Naval War College Review, Newport, RI, v. 53, n. 4, p. 106-124, autumn 2000. Disponível em: https://www.usnwc.edu/Publications/Naval-War-College-Review/Press-Review-Past-Issues.aspx Acesso em: 25/10/2021

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. Daedalus, n. 106, v. 3, p. 41-60. 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

JAKOBSEN, Peter Viggo. Coercive Diplomacy. In: COLLINS, Allan (Org.). Contemporary Security Studies. Oxford: Oxford University Press, 2010.

J. J WIDEN. Sir Julian Corbett and the theoretical study of war. Journal of Strategic Studies, v. 30, n. 1, p. 109, feb. 2007

JUANG R.; MORRISSETE, N. Africa and the Americas: culture, politics, and history: a multidisciplinar Encyclopedia. ABC-CLIO, Inc, 2008.

LOPES, Nuno. O sistema defensivo de Goa (1510-1660): influência na composição do território contemporâneo. Tese de Doutoramento, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, 2017.

MACKINDER, H J. “The Geographical Pivot of History (1904)”. The Geographical Journal 170, nº 4 (dezembro de 2004): 298–321. https://doi.org/10.1111/j.0016-7398.2004.00132.x.

MACINTYRE, Kenneth G. The Secret Discovery of Australia: Portuguese Ventures 200 Years before Captain Cook. Medindie: Souvenir Press, 1977.

MCNEILL, William H., The Rise of the West: a history of the human community. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

O'MALLEY, John W. The first Jesuits. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1993.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Jorge Nascimento, e TESSALENO C. Devezas. Portugal: o pioneiro da globalização: a Herança das descobertas. 1a. ed., rev.Ampliada. Colecção Desafios. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlantico, 2009.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Histórias do Atlântico português. Ângela Domingues, Denise A. Soares de Moura. (Orgs.) 1a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SCHELLING, Thomas C. Arms and Influence. Londres: Yale University, 1966.

SHARMAN, J. C. Power and Profit at Sea The Rise of the West in the Making of the International System. International Security, Vol. 43, No. 4 (Spring 2019), pp. 163–196

SOUSA, Luís Costa e. Campanha da Etiópia, 1541-1543: 400 portugueses em socorro do Preste João. Batalhas de Portugal 29. Lisboa: Tribuna, 2008.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History. Chichester: Wiley Blackwell, 2016 (e-book).

TILLY, Charles. Coercion, Capital, and European States, AD 990–1992. Oxford: Blackwell, 1990.

TOYNBEE, Arnold. Study of History. Londres: Oxford University Press, 1934-1961. 12 v.[Um Estudo da História. São Paulo: Martins Fontes, 1987

VENNESSON, P. Case studies and process tracing: theories and practice' in D. Della Porta and M. Keating (eds). Approaches and Methodologies in the Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2008

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. 2ªedição. Berkeley: University of California Press, 2011a, 1974.

WALTZ, K. N. Theory of International Politics. New York: McGraw Hill, 1979

WIGHT, Martin. A Política do Poder. Brasília, IPRI – Ed. UnB. 2002